



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS



PROCESSO:

05440/2025

18/11/2025

Sec. Adjunta de Administração/SEMFIPA

ASSUNTO

Encaminha Memorando Nº 857/2025 - SEMAD - Solicitando Aditivo de Prazo do Contrato Nº 001.00005 da Inexigibilidade de Licitação /2025 Ref. Locação de Imóvel para Funcionamento do CCI DO BAIRRO CASTELO BRANCO.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

FOLHA:	01
PROC.:	5440/2025
SECRETARIA MUNICIPAL:	III
ADMINISTRAÇÃO:	

Memorando nº 857/2025 - SEMAD

Caxias/MA, 13 de novembro de 2025.

Ao Ilustríssimo Senhor

Othon Luiz Machado Maranhão

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão Fazendária

Senhor Secretário,

Solicitamos de Vossa Senhoria, que autorize o setor competente o **Primeiro Aditivo de Prazo do Contrato Nº 001.00005 da INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO** (art. 74, V, Lei n. 14.133/21) de ALUGUEL de imóvel, PA Nº 00003/2025 do Locatário Antonio Parente Ribeiro Coelho, CPF/CNPJ: 125.750.463-00, referente a Locação de Imóvel para o (a) funcionamento e instalação do (da) CCI DO BAIRRO CASTELO BRANCO, situado no endereço a seguir : Rua Senhor do Bonfim, 781, Bairro: Castelo Branco, vinculado à Secretaria Municipal da Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa, deste município.

Sem mais para o momento, ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos, renovo votos de estima e consideração.


Joséinaldo Cordelro

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Caxias
Protocolo Número 5440/25
Nº de Ordem
Caxias/MA 18/11/25


Karina Celia C. dos Santos
Protocolo Geral
Mat. 28372-1



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

SECRETARIA
MUNICIPAL
ADJUNTA DE
ADMINISTRAÇÃO

09
5440/2025
UP

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Solicita-se o primeiro termo aditivo de prorrogação de prazo por igual período do Contrato N° 01.00005 da Inexigibilidade de Licitação (art. 74, V, Lei n. 14.133/21) de ALUGUEL de imóvel – PA N° 00005/2025. A referida prorrogação contratual se justifica tem como objeto a Locação de Imóvel para o funcionamento e instalação do CCI DO BAIRRO CASTELO BRANCO, situado na Rua Senhor do Bomfim, 781, Bairro: Castelo Branco, vinculado à Secretaria Municipal da Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa deste município.

Neste contexto, é indiscutível que os serviços objeto do contrato supracitado sejam tratados como de natureza continuada, vez que deles se valem diariamente a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Administração.

Deve-se ressaltar que a empresa contratada manifestou seu interesse e se propõe a continuar realizando os serviços com a mesma qualidade, assim como nas mesmas condições constantes no contrato inicial.

Além da previsão de aditamento previsto na cláusula segunda do Contrato em questão, isto posto, por terem natureza contínua, a Lei n° 14.133/21 em seu art. 107, autoriza que o prazo de duração deste contrato possa se estender por até cento e vinte meses.

Logo, sobre a perspectiva da legalidade nenhum impedimento existe para que o prazo de vigência do contrato em questão possa ser prorrogado.

Sob o aspecto do interesse desta Secretaria em aditar o contrato nenhum questionamento existe, posto que os serviços vêm atendendo de maneira satisfatória as necessidades, com responsabilidade e atenção aos termos contratados, não trará nenhum ônus a mais para a Administração.

Estando, pois tudo devidamente esclarecido e justificado encaminhamos esta justificativa a V.Sª., para que, concordando com os seus termos, promova o deferimento da mesma, formalizando o Aditamento Contratual.

Caxias – MA, 13 de novembro de 2025.


Josinaldo Cordero
Secretário Adjunto de Administração



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

FOLHA: 03
PROC.: 5490/2025
SECRETARIA
ADJUNTA DE
ADMINISTRAÇÃO

Ofício N° 643/2025

Caxias – MA, 13 de novembro de 2025.

Ao Senhor Locatário
Antonio Perente Ribeiro Coelho
CPF: 125.750.463-00

Referente: Prorrogação de Aditivo

Sirvo-me do presente para solicitar do senhor Locatário, a manifestação acerca do interesse de prorrogação de prazo do Contrato N° 01.00005 da **Inexigibilidade de Licitação** (art. 74, V, Lei n. 14.133/21) de ALUGUEL de imóvel – PA N° 00005/2025.

Ressaltamos que esta Administração tem interesse na prorrogação considerando que o serviço é de natureza contínua conforme Lei de Licitações, considerando os preços praticados no mercado, a economicidade do erário público e o não prejuízo no andamento na execução dos serviços essenciais a esse município.

Atenciosamente,



JOSINALDO CORDEIRO
Secretário Adjunto de Administração

À Secretaria Municipal da Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa

Assunto: Aceite de Locação do Imóvel

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, formalizar meu aceite às condições estabelecidas no **Contrato de Locação Residencial/Comercial** firmado entre as partes, referente à Locação de Imóvel para o funcionamento e instalação do CCI DO BAIRRO CASTELO BRANCO, situado na Rua Senhor do Bomfim, 781, Bairro: Castelo Branco, de acordo com os termos previamente acordados e constantes no referido contrato.

Declaro que recebi uma via do contrato de locação, li e estou de acordo com todas as cláusulas ali estabelecidas, inclusive quanto ao prazo, valor do aluguel, encargos, responsabilidades e demais condições.

Aproveito para reiterar meu compromisso com o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Antonio Parente Ribeiro Coelho

Antonio Parente Ribeiro Coelho
CPF: 125.750.463-00
41.610.585/0001-49



**PREFEITURA DE
CAXIAS**
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO SOCIAL,
PESSOA IDOSA E
PRIMEIRA INFÂNCIA

**TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS Nº 001.00005/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO 00005/2025.**

05
04/10/2025
11/11

**CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO E O (A) SR
(A): ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO**

Por este instrumento particular, o **Município de Caxias - MA**, através da **Prefeitura Municipal de Caxias - MA**, situada à Praça do Panteon, nº 600, Centro, Caxias - MA, inscrita no CNPJ sob o nº **06.082.820/0001-56**, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa, O (a) Sr (a): **Adriana Raquel Santos de Sousa**, portador (a) do CPF nº **550.970.493-49**, a seguir denominado (a) **LOCATÁRIO (A)** e o (a) Sr (a): **Antônio Parente Ribelro Coelho**, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF/CNPJ nº **125.760.463-00**, a seguir denominado (a) **LOCADOR**, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL** que será destinado à instalação e funcionamento da (o): **CCI DDO BAIRRO CASTELO BRANCO**, situada no endereço a seguir: Rua Senhor DO Bomfim, Nº 781, Bairro: Castelo Branco, Caxias – MA, vinculada à Secretário (a) Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa deste município.

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato tem como amparo legal às disposições expressa na Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos), Lei nº 8.245/91 (Locações de Imóveis Urbanos) e Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, o (a) contratante pagará à contratado (a) o valor mensal fixado em **R\$ 2.588,00 (Dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais)**, totalizando o valor global de **R\$ 31.056,00 (Trinta e um mil e cinquenta e seis reais)**,

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no **Orçamento do Município de Caxias**, classificada conforme abaixo especificado:

28.14.08.244.0014.2055.0000 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Para cobrir despesas dos exercícios subsequentes, em caso de termo aditivo, serão emitidas **Notas de Empenho**, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

FOLHA: 06
PROC.: 5440/2008
SECRETARIA MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO SOCIAL
PESSOA IDOSA E
PRIMEIRA INFÂNCIA

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser renovado de acordo com a Clausura Segunda;

Cláusula Sexta – DO PAGAMENTO

O (a) Locatário (a) realizará o pagamento do aluguel até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao vencido.

Cláusula Sétima – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O valor mensal do aluguel será reajustado com base no IGPM, calculado e divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas**, obedecida a periodicidade mínima de 01 (um) ano a contar da data da entrega do imóvel ao (à) locatário (a).

Na falta do IGPM, da **Fundação Getúlio Vargas**, por qualquer motivo, fica desde já estabelecido que o índice substituto será sucessivamente o IPC (FIPE) e o IGP (FGV), respectivamente, pela ordem. Caso estes índices sejam extintos ou não calculados, o reajuste será feito pela média de 03 (três) índices a escolha, de comum acordo, do(a) LOCADOR (A) e LOCATÁRIO (A), e que reflita a variação da inflação ocorrida no período.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCADOR (A)

1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
2. Entregar ao (a) LOCATÁRIO (A) o imóvel objeto deste Contrato, em estado de servir ao uso a que se destina;
3. Garantir, durante período de locação, o uso pacífico do imóvel locado;
4. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação do imóvel;
5. Pagar os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para suas atividades, não podendo sublocá-lo, cedê-lo ou emprestá-lo no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização do (a) LOCADOR (A);
2. Pagar pontualmente as contas de consumo de água, luz, telefone, bem como as despesas ordinárias de condomínio e os encargos de locação;
3. Efetuar o pagamento mensal, contra a apresentação do recibo de aluguel ou documento equivalente, emitido pelo(a) LOCADOR(A), até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao vencido;
4. Manter o imóvel objeto deste Contrato, notadamente no que se referir à conservação de pinturas, portas, fechaduras, vidros, instalações elétricas e hidráulicas, revestimento de piso, luminárias, lâmpadas, reatores e etc. nas mesmas condições recebidas;
5. Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações;
6. Facilitar o acesso do (a) LOCADORO (A) ou de seu representante legal a examinar ou vistoriar o imóvel sempre que for solicitado expressamente, desde que com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais

FOLHA: 07
PROC.: 5440/2023
SECRETARIA MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO SOCIAL
PESSOAS IDOSAS E
PRIMEIRA INFÂNCIA

7. Restituir o imóvel no fim do contrato de locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

8. Levar imediatamente ao conhecimento do (a) locador (a) o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

9. Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do (a) LOCADOR (A);

10. Entregar imediatamente ao (a) LOCADOR (A), os documentos de cobrança de tributos, qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública.

Cláusula Décima – DAS BENFEITORIAS

1. As benfeitorias reconhecidas pelas partes como necessárias, entendidas assim aquelas que têm por finalidades conservar o imóvel ou evitar sua deterioração, serão obrigatoriamente indenizáveis por inteiro, ainda que não autorizadas pelo (a) LOCADOR (A), podendo, nesse caso, o valor ser deduzido do aluguel;

2. As benfeitorias reconhecidas, pelas partes, como úteis, entendidas assim aquelas que têm por finalidade aumentar ou facilitar o uso do imóvel, quando autorizadas pelo (a) LOCADOR (A), serão indenizáveis no todo ou em razão a ser objeto de negociação.

2.1. As benfeitorias de que trata o item anterior, reconhecidas como úteis, porém não autorizadas pelo (a) LOCADOR (A), não serão indenizáveis;

3. As benfeitorias reconhecidas, pelas partes, como voluptuárias, entendidas assim aquelas de mero deleite ou recreio para o (a) LOCATÁRIO (A), que não aumentam o uso habitual do imóvel, ainda que o tornem mais agradável, ou seja, de elevado valor, não serão indenizáveis;

3.1. As benfeitorias voluptuárias poderão ser levantadas pelo (a) LOCATÁRIO (A), quando findar a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel;

4. As benfeitorias necessárias, ainda que não autorizadas pelo (a) LOCADOR (A), e as úteis, quando autorizadas, permitem o exercício do direito de retenção.

Cláusula Décima Primeira – DA FISCALIZAÇÃO

O (A) LOCATÁRIO (A) designará um representante legal devidamente credenciado pelo **Gabinete do Prefeito**, para dirimir as dúvidas que surgirem durante a vigência do presente instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando ao **Prefeito Municipal** quando lhe faltar competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no artigo 74, Inciso V da Lei nº 14.133/21;

Cláusula Décima Segunda – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos entre o (a) LOCATÁRIO (A) e o (a) LOCADOR (A), será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido amigavelmente antes do término do seu prazo, desde que haja conveniência para o (a) LOCATÁRIO (A), devendo a parte interessada manifestar essa intenção por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, não aplicando-se multa de indenização.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

FOLHA: 08
PROC.: 5240/2023
SECRETARIA MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO SOCIAL
PESSOAS IDOSAS E
PRIMEIRA INFÂNCIA

Cláusula Décima Quarta – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

De acordo com a lei 14.133/21, Art. 74. Inciso V para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará o (a) LOCADOR (A) às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

O valor das multas aplicadas ao (à) LOCADOR (A) por descumprimento das cláusulas deste Contrato corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura.

O pagamento da multa não exime ao (à) LOCADOR (A) da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar ao (à) LOCATÁRIO (A).

A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Caxias.

Cláusula Décima Quinta – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/21 com suas alterações, demais legislações pertinentes e dos princípios gerais de direito.

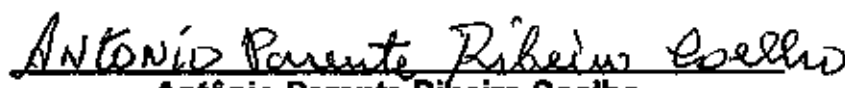
Cláusula Décima Sexta– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Caxias, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Caxias (MA), 06 de janeiro de 2025.


Secretário (a) Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa
Adriana Raquel Santos de Sousa
LOCATÁRIO (A)


Antônio Parente Ribeiro Coelho
LOCADOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAI947711252



Antonio Parente Ribeiro Coelho

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 057382682015-1

NOME ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO

FILIAÇÃO
RAIMUNDO NONATO COELHO E TERESINHA DE
JESUS RIBEIRO COELHO

NATURALIDADE
CAXIAS - MA

DATA DE NASCIMENTO
26/08/1957

DOC. ORIGEM
CASAM. N.267 FLS.133 LIV.02

CPS
125750463-00
SAG LUIS-MA
P-228

RG ANTERIOR
0000000303925

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 23/08/83



Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
 CNPJ: 06.272.793/0001-84 | Insc. Estadual: 120.515.11-3
 Alameda A, Qd SQS, nº100, Loteamento Quintadonha,
 Altos do Caiçau - São Luís - MA CEP: 65.079-900

Configuração Residencial Pleno		Tipo de Fornecedor: TRAFASCO	
Tensão Normal Disp: 220 V Lim Máx: 202 V Lim Mín: 231 V			
ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO INSTALAÇÃO: 7939353 CPF: ***.750.46*-** AV CENTRAL, 1282, CEP: 66600-175 REFINARIA - CAXIAS - MA			
Parcela da Negociação		Conta Corrente	
7900341		3014458890	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
10/2025	31/10/2025	R\$ 255,90	

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
15/09/2025	18/10/2025	31	14/11/2025	



NOTA FISCAL Nº 134967570 - SÉRIE 000 /
 DATA DE EMISSÃO: 16/10/2025
 Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://ale.portal.svs.rs.gov.br/NFSE/ConsultarChaveDeAcesso>
 2125100627279310018460001349675701064772793
 Protocolo de autorização: 3212509027274887 -
 16/10/2025 às 21:45:43

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

• Períodos: Band. Tarif. Vermelho - 0000-16/90 • O consumo de energia é restituído da multiplicação do CONSUMO COMPENSADO pela interligação (872,00 kWh) pela tarifa. Proporcionalidade, quando for o caso.
 • Demonstrativos de Saldo em kWh referente a fatura e fatura compensação, conforme REN Nº 1052/2023. • Conforme Lei nº 300/21, durante período de instalação não haverá cobrança de energia elétrica compensada. • Saldo de créditos expirados no dia 01/10/25, 0,00 kWh. • A fatura instalação recebe o valor de energia na interligação Distribuição Propriedade dos seguintes CC: 3014458890(100%). • Conforme REN 1055-24 ANEEL, a partir de 01/01/25 o consumo de UC será ponderado em toda fatura, sendo composto por um consumo atribuído pela distribuidora + cada um dos seguintes + dígitos verificadores. Mais informações nas câmaras de atendimento. • Conta consumo geração 3014458890: Saldo do Mês Base Total: 256,00. Saldo Acumulado Gerat Total: 924,00. Saldo atualizado a expirar dia 31/10/2025 no tel 0800

Item de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Título	Base(R\$)	Adicional(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	100	1,109600	0,843180	6,75	26,90	116,86	ICMS	116,86	21,0000	28,54
Consumo Compensado (kWh)	872	0,834485	0,801540	35,70	187,36	727,68	PIS	46,56	1,1385	1,09
Energia Ativa Injetada (kWh)	872	0,834485	0,801540	35,79	187,36	727,68	COFINS	96,88	3,2485	5,07
Normal Bandeira				0,41	1,95	8,47				
TOTAL FINANCEIRO										
Cp-Rum Pub Prof Munic										
130,47										

Medidor	Grandezas	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Conteúdo Medidor	Consumo
3069006207	Consumo	ATIVO TOTAL	161	1783	1,00	872 kWh
3069006207	Energia Injetada	ATIVO TOTAL	074	2104	1,00	1.130 kWh

REAVISO DE VENCIMENTO



CLIENTE
PAGUE

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LOQUE GRÁTIS 116
 116-0800-116
 116-0800-116
 116-0800-116
 116-0800-116

Condição Especializada 0800 206 0803
 Ligue grátis de qualquer rede fixa ou móvel.
 Atendimento de 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Agência Municipal de Energia Elétrica (ANEEEL) 116
 Ligue grátis de qualquer rede fixa ou móvel.

OPÇÕES
 1. Assinatura de Compromisso de fornecimento de energia elétrica, a ser assinada e entregue ao cliente no momento da instalação.
 2. Serviço de atendimento ao cliente por telefone, e-mail ou pessoalmente, com acesso ao sistema de atendimento ao cliente.
 3. Serviço de atendimento ao cliente por telefone, e-mail ou pessoalmente, com acesso ao sistema de atendimento ao cliente.

BANCO DO BRASIL		001-9 00190.00009 03373.382138 41166.176176 7 00000000025590		Pague através do PIX.	
PAGUEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL		INSCRIÇÃO: 7939353		31/10/2025	
EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIB. DE ENERGIA S.A.		RECEBIDA: 10/2025		AGENCIADOR BENEFICIÁRIO	
DATA DO DOCUMENTO	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	ESPECIE DO DOCUMENTO	ACRÉDITO	DATA DE PROCESSAMENTO	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
17.10.2025	0202510134967876	DM	N	16.10.2025	33733821341166176
TIPO DO BANCO	CARTÃO	FECHAMENTO	QUANTIDADE	VALOR	PIVALOR DO DOCUMENTO
17	17	R\$			255,90
INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO					
PAGUEL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS					
EM CASO DE ATRASO, MULTAS, JUROS E CORREÇÃO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA					
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO					
ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO 125.750.463-00					
Ficha de Compensação					



Prefeitura Municipal de Caxias

ESTADO DO MARANHÃO

Administração: *Hélio de Sousa Queiroz*

FOLHA: *1*

PROC.: *123/87*

RUBRICA: *US*

= C E R T I D A O =

Tendo em vista o constante no Processo sob Nº 1321 originado de um requerimento assinado por ANTONIO PARENTE RI BRIRO COELHO, brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado" nesta cidade, portador da Carteira de Identidade Nº 303.925/SSP MA., proprietário de um terreno localizado à Rua Senhor do Bonfim no Bairro Castelo Branco-zona urbana desta cidade, C e r - t i f i c o que o requerente construiu um prédio residencial, no endereço acima citado, com as seguintes características técnicas de construção: Fundações à base de pedras argamassadas, paredes de tijolos, telhado com estrutura de madeira à lei, coberto de telha "cerâmica", piso de cimento, pintado à tinta d'água, com instalações elétricas, hidráulica e sanitárias, com as seguintes dependências: terraço, garagem, sala de estar, uma copa, um quarto, uma cozinha, 02 (duas) suítes e um banheiro, numa área construída de 133,35 metros quadrados, onde o requerente aplicou a quantia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) no ano de 1.985. O referido terreno possui as seguintes dimensões e limites: 16,25 metros limitando-se com a Rua Senhor do Bonfim; lado direito com 29,70 metros limitando-se com José de Arimatéa Coelho Pinto; lado esquerdo com 32,00 metros limitando-se com propriedade de Francisco Moura, e fundos com 11,90 metros limitando-se com diversos vizinhos; perfazendo uma área total de 434,21 metros quadrados. Este documento é de plena validade, pelo qual dou fé, dato e assino.

Prefeitura Municipal de Caxias/MA, em 28 de agosto de 1.987.

[Assinatura]
Eng. José Maria Costa Moraes
SEC. DE OBRAS E CAMINHOS

[Assinatura]
- JES CARLOS CARVALHO -
Coordenador Proj. CIATA

RECONHECIMENTO DE FIRMA
pelo Conselho
Municipal de
Caxias, de 20 de 1987
EM TESTO DA VERDADE
TABELÃO 1.º ORCIO

CARTÓRIO DO 1.º ORCIO
MARIANA VIEIRA
KLEBER VIEIRA
RODRIGUES VIEIRA
MARCIA DA SILVA
SODRIGUES
CARLOS DA SILVA
CARTÓRIO DO 1.º ORCIO

CARTÓRIO DO 1.º ORCIO
CAXIAS - MA
CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICADO que o Sr. Manoel Rodrigues Sobrinho, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Caxias, MA, inscrita no R. nº 157.19, Livro 1.º, Série "A", Matrícula nº 5014, expedido pelo Sr. Manoel Rodrigues Sobrinho, Oficial dos Registros.

CERTIFICADO, que o proprietário apresentou a CND-Certidão Negativa de Débito nº155685-Serie "A"-PCND nº 409-020.02/172/87, expedido pelo IAPAS agência local, datado de 20/10/87, o Alvará de Licença, datado de 31/12/85, e HABITE-SE datado de 28/08/87, todos expedidos pela Prefeitura Municipal desta cidade.

Caxias(Ma), 20 de outubro de 1.987
O Oficial Substituto do 1.º Oficial:

CARTÓRIO DO 1.º ORCIO
MARIANA VIEIRA
KLEBER VIEIRA
RODRIGUES VIEIRA
MARCIA DA SILVA
SODRIGUES
CARLOS DA SILVA
CARTÓRIO DO 1.º ORCIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO

CPF: 125.750.463-00

Certidão n°: 64426715/2025

Expedição: 28/10/2025, às 17:09:22

Validade: 26/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO, inscrito(a) no CPF sob o n° 125.750.463-00, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO
CPF: 126.750.463-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:13:00 do dia 28/10/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/04/2026.

Código de controle da certidão: 820E.B3A2.F004.67D2

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DE CAXIAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

Praça Dias Carneiro, Nº 600, Centro - CEP: 65.600-000
CNPJ: 06.082/0001-56

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
REFERENTES À IMOVEIS

Número: 00001735462025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAXIAS – MA, por intermédio do Departamento de Arrecadação, CERTIFICA que o imóvel abaixo qualificado encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, não constando débitos referentes a Tributos imobiliários, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Fica, todavia, ressalvado o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados, ou que venham a ser apurados, conforme prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº 5.172/1966.

Finalidade: -

ENDEREÇO DO IMÓVEL	
Inscrição Imobiliária: 000005419	
Endereço: RUA SENHOR DO BONFIM	
Número: 00781	Complemento:
Bairro: CASTELO BRANCO	CEP: 65600290
LOCALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA	
Distrito: 1	Sector: 2
Quadra: 105	Lote: 0107
	Unidade: 001
PROPRIETÁRIOS	
125.750.463-00 - ANTONIO PARENTE RIBEIRO COELHO - PROPRIETÁRIO	
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL	
Área do Terreno: 480,00	Testada Principal: 16,00
Área Edificada: 180,00	Valor da Edificação: 205,17
Valor Venal do Terreno: 7.776,00	Valor Total: 7.981,17

Código de validação: 8391B65278B8138FE95A3F44504FFCC4
Data de expedição: 29/10/2025 08:50:53
Data de validade da certidão: 27/01/2026

FOLHA: 15
PROC.: 5000/2025
RUBRICA: 100



FOLHA:	16
PROC.:	5440/2025
RUBRICA:	12

Processo nº 05440/2025

À Sec. Municipal de Finanças, e Planejamento, para as devidas providencias

Caxias-MA, 18/11/2025

Karina Celia C. dos Santos
Karina Celia C. dos Santos
Protocolo Geral
Mat. 28372-1

João
Josinaldo Cordeiro
Secretário Adjunto de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

PRAÇA DIAS CARNEIRO, 600-CENTRO

06082820000156

Exercício:

2025

17
A

Página 1

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo ____/____.

Informo que existe dotação orçamentária para ocorrer com a despesa do referido processo, conforme rubrica a seguir:

Órgão: 02 SEC. MUN. DE ADMIN, FINANÇAS, PLANEJ E GESTÃO FAZENDÁRIA

Unidade: 04 SEC. MUN. DE ADM, FINANÇAS, PLANEJAMEN. E
GESTÃO FAZENDÁRIA

Proj/Ativ: MANUT. E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMIN, FINANÇAS, PLANEJ. E
GESTÃO FAZENDARIA

Dotação: 04.121.0023.2091.0000 3.3.90.36.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

Saldo R\$: 308.882,00

José Norberto dos Santos
Contador
CRC 3.517-MA

Caxias-MA, 18/11/2025



PROCESSO ADMINISTRATIVO N 05440/2025

APROVAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Ao
Ilmo. Sr.
Presidente da Comissão de Contratação

Senhor Presidente,

Em obediência ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, **APROVO** os procedimentos até aqui realizados e **AUTORIZO**, Vossa Senhoria para que tome as devidas providências, no sentido de formalizar termo aditivo conforme solicitação expressa no Processo Administrativo supracitado.

Na qualidade de ordenador de despesas desta unidade, **DECLARO**, nos termos do Art. 105 e Art. 150 da Lei 14.133/2021, que a despesa abaixo identificada tem adequação e disponibilidade de créditos orçamentários para pagamento da(s) despesa(s) contratual(is) que venha ocorrer, os quais encontram-se dispostos no Quadro Detalhado de Despesa, extraídas da Lei Orçamentária Anual (LOA), em consonância Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compatível com o Plano Plurianual (PPA).

DECLARO ainda que a(s) despesa(s) preenche(em) os requisitos exigidos no inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DETERMINO que sejam obedecidos os dispositivos da Lei nº 14.133/21, e todas as outras normas inerentes ao pleno cumprimento das legislações vigentes.

Caxias, 18/11/2025

OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO
Secretário Municipal de Administração,
Finanças, Planejamento e Gestão
Fazendária



**PREFEITURA DE
CAXIAS**
Viver aqui é bom demais!

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA**

19
A

Processo n. 05440/2025

A
Comissão Central de Licitações

Encaminhamos processo supracitado, para as devidas providências.

Caxias, 18/11/2025

OTHON LUIZ MACHADO MARANHÃO
Secretário Municipal de Administração, Finanças,
Planejamento e Gestão Fazendária



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

20
A

Ao Setor Jurídico, para as devidas providências,

Caxias, 25 de novembro de 2025



Igor Mário Cutrim dos Santos
Presidente da Comissão Central de Licitação

COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

Praça Gonçalves Dias, s/nº, Centro,
CEP: 65.600-000 - Caxias / MA
e-mail: ccl@caxias.ma.gov.br



1. DO RELATÓRIO

A COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO solicitou análise no sentido de opinar acerca da possibilidade do **primeiro termo** aditivo de prazo do contrato nº **001.00005/2025** do **processo administrativo 00005/2025**, celebrado entre a Secretaria Municipal de proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa do Município de Caxias – MA e Sr. Antonio Parente Ribeiro Coelho, com CPF nº125.750.463-00 que tem por objeto a locação de um imóvel no qual se encontra em funcionamento do CCI do Bairro Castelo Branco no Município de Caxias – MA.

É o breve relatório. Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A Secretaria responsável justifica a necessidade do presente aditamento, referente a inexigibilidade do contrato nº **001.00005/2025** do **processo administrativo 00005/2025**, com a seguinte justificativa: “é indiscutível que os serviços objetos do contrato supracitado sejam tratados como de natureza continuada, vez que deles se valem diariamente a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Administração”. (sic)

Portanto, objetivando o princípio da economia processual e ainda a necessidade da continuação dos serviços, pelo mesmo preço e condições constantes no contrato inicial, bem como sendo economicamente factível e proficiente para a administração deste município, em se tratando que o bem imóvel é o único que satisfaz a necessidade da Secretaria, solicita-se o termo de prorrogação do contrato **por igual período**, com início a partir de sua assinatura em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.



A locação de imóveis pela administração Pública, ainda que decorrente de inexigibilidade de licitação, não se caracteriza como serviço contínuo, pois tem por objeto a cessão onerosa de uso de bem imóvel, e não uma prestação de serviço.

Todavia conforme o artigo 107, caput, da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos poderão ser alterados para prorrogação de prazos quando subsistirem as razões que ensejaram a contratação e for comprovado o interesse público, observada a vantajosidade da manutenção das condições contratuais.

O artigo 132 da mesma lei também reforça que os contratos podem ter sua vigência ajustada, desde que devidamente motivada e compatível com o planejamento e a necessidade da administração.

No caso em exame, verifica-se que permanecem as condições que justificaram a locação original, sendo o imóvel adequado ao uso administrativo e necessário à continuidade das atividades públicas desenvolvidas. Ademais, ainda não houve definição de novo imóvel ou solução definitiva para a instalação do órgão, o que reforça a pertinência da prorrogação do contrato.

Ressalta-se que, embora não se trate de serviço contínuo, a prorrogação do contrato de locação é medida possível e juridicamente admissível, desde que devidamente motivada e vantajosa para a Administração, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro e os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

Vale lembrar que o caso em tela trata de créditos orçamentários que ainda se encontra em vigência, pois os Restos a Pagar e as Despesas de Exercícios Anteriores, de acordo com a Lei Federal n. 4.320/64, estão definidos da seguinte forma:

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

23
COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Ressalta-se, por último, que todas as cláusulas referentes ao contrato indicado deverão permanecer inalteradas.

Observa-se que, houve a justificativa, e também o termo de aceite da empresa contratada, anexo aos autos, atestando a vantajosidade para a Administração, bem como há previsão contratual para solicitar prorrogação do contrato.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, **OPINO** pela possibilidade de realização do presente aditamento de vigência do contrato nº **001.00005/2025** do processo administrativo **00005/2025**, celebrado entre a Secretaria Municipal de proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa e Sr. Antonio Parente Ribeiro Coelho, para prorrogação do contrato por igual período, uma vez que a situação concreta está devidamente justificada, presente no contrato inicial, tudo de acordo com a Lei 14.133/2021, mas apenas depois de verificada a regularidade fiscal da contratada.

De forma que, este é o parecer **OPINATIVO**, salvo melhor juízo que fica submetido à apreciação e autorização superior.

Caxias/MA, 10 de dezembro de 2025.

Ely Carlos Rodrigues Chaves

Assessoria Jurídica da Comissão Central de Licitação
OAB/MA 29.749



**PREFEITURA DE
CAXIAS**
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

SECRETARIA
MUNICIPAL
ADJUNTA DE
FINANÇAS

0005/2025

Lei nº 14.133/2021

ADITIVO DE VIGÊNCIA

5440/2025

30
A

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO
DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE CAXIAS, E O (A) SR (A) ANTÔNIO PARENTE
RIBEIRO COELHO.**

CONTRATANTE: O Município de Caxias- MA, através da Prefeitura Municipal de Caxias - MA, situada à Praça do Panteon, nº 600, Centro, Caxias - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.082.820/0001-56, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária, o (a) Sr.(a) Othon Luiz Machado Maranhão, portador do CPF nº 907.687.103-59.

CONTRATADA: ANTÔNIO PARENTE RIBEIRO COELHO, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 125.750.463-00.

RESOLVEM celebrar o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes à espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo de contrato tem por objeto a prorrogação do prazo expressa na Cláusula quinta do Contrato Inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

As partes acordam que no valor mensal de R\$ 2.588,00 (Dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), totalizando o valor global de R\$ 31.056,00 (Trinta e um mil e cinquenta e seis reais), sem qualquer reajuste durante o novo período de vigência deste contrato de aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O termo aditivo de terá vigência conforme o contrato inicial.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 02.04.04.121.0023.2091.0000 3.3.90.38.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do Contrato Inicial não atingidas pelo presente instrumento particular ficam ratificadas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor.

Caxias (MA), 11 de dezembro de 2025.

Othon Luiz Machado Maranhão
Secretário (a) Municipal de Finanças, Administração,
Planejamento e Gestão Fazendária
LOCATÁRIO (A)

Antônio Parente Ribeiro Coelho
ANTÔNIO PARENTE RIBEIRO COELHO
LOCADOR

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE FINANÇAS

CNPJ: 06.082.820/0001-56 / Praça Dias Carneiro, 600, Centro, CEP: 65.800-000 - Caxias / MA
(99) 3521-3025/3244 / e-mail: fazenda@caxias.ma.gov.br



PREFEITURA DE
CAXIAS
Viver aqui é bom demais!

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

SECRETARIA
MUNICIPAL
ADJUNTA DE
FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 000:

INEXIGIBILIDADE Nº 0005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5440/2025;

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS e ANTÔNIO PARENTE RIBEIRO COELHO;

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL que será destinado ao CCI DO BAIRRO CASTELO BRANCO, situada no endereço a seguir: Rua Senhor do Bonfim, Nº 781, Bairro: Castelo Branco, vinculada à Secretário (a) Municipal de Proteção Social, Primeira Infância e Pessoa Idosa deste município;

FUNDAMENTO LEGAL: Amparo legal às disposições expressas na lei nº 14.133/21 (licitações e contratos), Lei nº 8.245/91 (locações de imóveis urbanos) e Lei nº 10.406/2002 (código civil);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses;

VALOR: valor mensal fixado em R\$ 2.588,00 (Dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), totalizando o valor global de R\$ 31.056,00 (Trinta e um mil e cinquenta e seis reais);

DOTAÇÃO: - 02.04.04.121.0023.2091.0000 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA;

SIGNATÁRIOS: Secretário (a) Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária, o (a) Sr.(a) Othon Luiz Machado Maranhão, portador do CPF nº 907.687.103-59 e o Sr. (a) ANTÔNIO PARENTE RIBEIRO COELHO, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 125.750.463-00, a seguir denominado(a) **LOCADOR**.

Transcrito em livro próprio do Município de Caxias – MA em 19 de dezembro de 2025. Dr. James de Oliveira Lobo, OAB/MA nº 274, Procurador Geral do Município.